



Plenário cumpre primeira etapa de debate da PEC da Previdência

Em sessão temática ontem, senadores e convidados falaram contra e a favor da reforma. Debate também contou como sessão inicial de discussão da PEC paralela



O relator da proposta, Tasso Jereissati, participa da sessão temática ao lado do presidente Senado, Davi Alcolumbre

O Plenário do Senado deu início ontem às discussões sobre a PEC da Previdência. Uma sessão temática, que durou mais de sete horas, reuniu senadores e convidados que falaram a favor e contra a reforma.

O debate também contou como primeira sessão da PEC paralela, que reúne sugestões de mudanças na PEC principal, como a inclusão de estados e municípios.

O secretário de Trabalho e Previdência do Ministério da Economia, Rogério Marinho, disse que o atual sistema previdenciário

é injusto e insustentável do ponto de vista fiscal. O envelhecimento da população e o percentual do PIB gasto com Previdência são fatores que, para os apoiadores, demonstram a necessidade de aprovação da PEC.

Do lado dos críticos à reforma, os pontos mais contestados na proposta principal foram as alterações na aposentadoria por invalidez e na de pessoas com deficiência.

A PEC ainda terá que passar por mais quatro sessões de discussão, antes da votação em primeiro turno. **3**

Sessão celebra os 76 anos de criação do território do Amapá **2**

Pesquisa sobre doenças raras é tema de audiência **8**

Comissão analisa venda fracionada de gás de cozinha **6**

Diretor da ANP fala hoje sobre o trabalho da agência **6**

Representantes de redes sociais serão convocados a depor em CPI das Fake News

A CPI Mista das Fake News aprovou ontem a convocação de representantes no Brasil das empresas WhatsApp, Google, Twitter, Youtube, Instagram, Facebook, The Intercept Brasil e Tele-

gram para depor. O objetivo é ouvir as empresas sobre o problema das *fake news* nas redes sociais. Também deve ser ouvida a professora Dolores Aronovich, que sofreu *cyberbullying*. **8**



Senadores Humberto Costa e Eduardo Gomes em reunião da CPI mista que investiga notícias falsas



Mário Povia e o presidente da Comissão de Infraestrutura, senador Marcos Rogério

Governo deve facilitar navegação na costa brasileira, diz diretor da Antaq

Em debate ontem na Comissão de Infraestrutura, o diretor-geral da Agência Nacional de Transportes Aquaviários, Mário Povia, disse que o governo estuda viabilizar e au-

mentar a navegação de cabotagem, diminuindo a burocracia e elevando tamanho da frota marítima para o transporte de contêineres para baixar custos e desafogar as estradas. **7**

Interior não pode ficar sem médicos, alerta debate

Em debate ontem na comissão mista que analisa a MP do Programa Médicos pelo Brasil, participantes disseram que a substituição do Programa Mais Médicos deve ser feita sem prejudicar o atendimento de saúde nos municípios do interior. **6**

Vai a Plenário indicação de embaixador para a Bósnia

A indicação do diplomata Lineu Pupo de Paula para embaixador em Sarajevo, na Bósnia, foi aprovada ontem pela Comissão de Relações Exteriores, após sabatina. Agora o nome será submetido ao Plenário do Senado. **8**

Carteira emitida por escola pode garantir meia entrada

A emissão de carteirinha pode deixar de ser exclusividade de uniões de estudantes. A Comissão de Educação aprovou o projeto que estende às escolas o poder de emitir as identidades estudantis usadas para meia entrada em eventos culturais. **6**

Foto: Agência Senado



Clécio Luís, Lucas Barreto, Eduardo Gomes e Randolfe Rodrigues ouvem o presidente do Senado, Davi Alcolumbre

Senado comemora 76 anos do Amapá com exposição

Com a presença do presidente da Casa, Davi Alcolumbre, e dos outros dois senadores amapaenses, Randolfe Rodrigues e Lucas Barreto, mostra foi aberta ontem. Hoje sessão especial celebra a data

O PRESIDENTE DO Senado, Davi Alcolumbre, abriu ontem a exposição Amapá — Onde os Hemisférios se Encontram — 76 anos de Criação do Território. A exposição tem 58 telas de 28 artistas amapaenses, além de artesanato indígena e obras do acervo do Museu do Negro, de Macapá, que ficarão expostos até sexta-feira no Espaço Cultural Ivandro Cunha Lima e no Senado Galeria. A mostra faz parte da Semana do Amapá no Senado, que também contará com uma sessão especial hoje, no Plenário, para comemorar a data.

— [A exposição] traz a força do Amapá ao Congresso Nacional, ao apresentar nossa cultura e tradição. Milhares de pessoas passarão todos os dias aqui e terão a oportunidade de conhecer um pouco da origem do nosso estado nesse espaço, que vai elevar o nome dos nossos artistas para conhecimento nacional e internacional — disse Davi, na abertura da mostra.

O senador Randolfe Rodrigues (Rede-AP) lembrou a história do estado, que remonta à chegada dos europeus à região. Segundo ele, a arte amapaense tem a particularidade de ser distinta de outras manifestações culturais do país. É o caso do batuque do marabaixo,

criado pelos negros da região e que não existe em nenhum outro lugar.

— Esta semana mostrará as diferentes riquezas do Amapá. A terra que os senhores conhecerão é uma terra de múltiplas definições. Assim como múltiplo é nosso povo. Essa exposição é demonstração disso.

O senador Lucas Barreto (PSD-AP) elogiou a exposição e disse conhecer “cada rincão e cada lugar” retratados em algumas das telas expostas.

Gastronomia

Lucas também destacou que a programação para comemorar os 76 anos de criação do território também abrange a gastronomia amapaense, já que o Restaurante dos Senadores (localizado no anexo 2 da Casa) oferecerá um cardápio especial, na quinta-feira, em homenagem ao estado.

— Fica aqui o convite para todos visitarem o nosso querido Amapá.

Prefeito de Macapá, Clécio Luís disse que, para os artistas, a exposição é uma oportunidade de mostrar suas obras fora das fronteiras do estado. É importante também, afirmou, por ser realizada em um momento histórico, pelo fato de, pela primeira vez, o presidente do

Senado ser nascido no Amapá.

— Aqui no Senado circulam diariamente milhares de pessoas, pessoas importantes, políticos que tomam decisão, empresários. É preciso que conheçam esses “brasis” pelos seus mais variados aspectos. Acertadamente, o Senado faz essa celebração da Semana do Amapá, que traz o melhor, que é sua arte e sua cultura.

Para o artista plástico Wagner Ribeiro, autor de duas telas da exposição, participar da mostra no Senado significa um salto na carreira. Ele foi um dos curadores da mostra, juntamente com Jeriel, também artista plástico.

— O artista macapaense se conecta com o nosso dia a dia, o nosso cotidiano. O diferencial da nossa arte é isto: representar a região de maneira diferente, trazendo um estilo diferente — disse Jeriel.

Também curadora da exposição, Marina Beckman é diretora-presidente da Fundação de Cultura de Macapá. Ela elogiou a organização da mostra.

— A exposição é o momento que o Amapá tem para mostrar seu potencial artístico e cultural, que é riquíssimo.

Também participaram da abertura os senadores Eduardo Gomes (MDB-TO) e Marcos do Val (Podemos-ES).

Indicado à PGR, Augusto Aras visita senadores

O subprocurador-geral da República, Augusto Brandão Aras, indicado por Jair Bolsonaro para assumir o cargo de procurador-geral da República, participou ontem da reunião de líderes partidários no Senado e conversou com vários outros parlamentares em visitas que fez aos gabinetes.

— As conversas têm sido muito proveitosas, mas, neste momento, minhas ideias estão sendo observadas e apreciadas

pelo Senado — disse Aras, ao se recusar a responder perguntas de jornalistas.

O líder do PSDB, Roberto Rocha (MA), considerou a conversa muito proveitosa.

— Ele demonstra muito preparo e conteúdo. Nós estamos conhecendo melhor o procurador para poder, no momento oportuno, fazer a sabatina na CCJ.

O líder do PSD, Otto Alencar (BA), revelou que a Operação

Lava Jato foi um dos temas das conversas com Aras. Para Otto, integrantes da força-tarefa da operação agiram fora do limite da lei. O senador afirmou ainda não acreditar em alinhamento político do indicado à PGR com o presidente da República, Jair Bolsonaro.

— Aras disse que a indicação do presidente não vai dar nenhuma conotação de que ele vá seguir aquilo que o presidente deseja.

Para Davi, democracia e instituições estão fortalecidas

O presidente do Senado, Davi Alcolumbre, reafirmou ontem confiança na democracia e nas instituições. Davi disse cumprir o papel dele, “tentando dar estabilidade a um país de 200 milhões de brasileiros que aguardam respostas para emprego, mais saúde e mais educação”.

Para o presidente do Senado, “a democracia está fortalecida e as instituições todas estão pujantes, trabalhando a favor do Brasil”.

— Então, uma manifestação ou outra em relação a

esse enfraquecimento tem da minha parte o desprezo — afirmou Davi.

O presidente reagiu a uma declaração do vereador Carlos Bolsonaro, filho do presidente Jair Bolsonaro, publicada em redes sociais. Para o vereador, “por vias democráticas, a transformação que o Brasil quer não acontecerá na velocidade que almejamos, se acontecer. Só vejo a roda girando em torno do próprio eixo e os que sempre nos dominaram continuam nos dominando de jeitos diferentes.”

Comissão debaterá proposta que regula propaganda sobre crédito

A Comissão de Transparência, Fiscalização e Controle (CTFC) aprovou ontem requerimento de Izalci Lucas (PSDB-DF) para debater proposta (PLS 354/2018) de autoria de Omar Aziz (PSD-AM) que proíbe o uso de expressões como “parcelamento sem juros”, “gratuito”, “sem acréscimo”, “com taxa zero” em publicidade de oferta de crédito.

Também foi aprovado requerimento do presidente da comissão, Rodrigo Cunha (PSDB-AL), para discutir perspectivas e desafios dos negócios de impacto social, empreendimentos que têm como objetivo gerar benefícios sociais ou ambientais enquanto produzem resultado financeiro positivo. As datas dos encontros ainda serão definidas pelo colegiado.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/atividadeLegislativa>



- CCJ Segurança bancária**
9h Análise da PEC 8/2018, que trata da federalização da segurança bancária. Depois, sabatina de indicados ao Conselho Nacional de Justiça.
- CDR Venda de gás de cozinha**
9h Debate sobre venda fracionada de GLP.
- CAS Aposentadoria a dependentes**
9h30 Análise do PLS 425/2018, que garante aposentadoria a dependentes até a concessão de pensão por morte.
- CCT Lei das Teles**
10h Análise do PL 3.832/2019, que permite propriedade cruzada em telecomunicações.
- SESSÃO ESPECIAL 76 anos do Amapá**
10h Celebração dos 76 anos da criação do território federal do Amapá.
- DOENÇAS RARAS Cursos superiores**
10h30 Debate sobre inclusão de disciplinas sobre doenças raras e aconselhamento genético em cursos superiores de saúde.
- CRA Imagem do Brasil**
11h Audiência sobre a imagem do Brasil no exterior relacionada aos temas de meio ambiente e do agronegócio.
- CDH Previdência social**
14h Debate da Frente Parlamentar em Defesa da Previdência Social.

- CI Agência Nacional do Petróleo**
14h Audiência com o diretor-geral da ANP para avaliar políticas públicas da agência.
- CMA Prevenção a enchentes**
14h Análise do PLC 16/2016, que assegura medidas de prevenção de enchentes.
- PLENÁRIO Sessão deliberativa**
14h Análise do texto que institui sociedade de garantia solidária para microempresas.
- MUDANÇAS CLIMÁTICAS Reunião**
14h30 Apreciação do plano de trabalho da comissão mista.
- MP 890/2019 Médicos pelo Brasil**
14h30 Audiência para debater a MP.
- MP 891/2019 Instalação e eleição**
14h30 Instalação da comissão mista da MP sobre antecipação do 13º salário a aposentados, e eleição de presidente e vice.
- MP 892/2019 Dispensa de publicação**
14h40 Instalação e eleição de presidente e vice de comissão da MP que dispensa órgãos públicos de publicar licitações em jornais.
- MP 893/2019 Inteligência financeira**
14h50 Instalação da comissão mista da MP que cria a UIF em substituição ao Coaf, e eleição de presidente e vice.
- MP 888/2019 Defensoria Pública**
15h Análise do relatório sobre a medida.

Previsão atualizada às 18h de ontem pela Secretaria-Geral da Mesa e Secretaria de Comissões

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/integraPlenario>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/integraComissoes>

Plenário começa a discutir nova Previdência

O Senado deu início ontem aos debates sobre a reforma da Previdência. Nessa primeira reunião em Plenário, os senadores falaram após as exposições de convidados favoráveis e contrários à proposta.

A maior parte das manifestações foi de críticas à reforma. As mudanças na aposentadoria por invalidez e na das pessoas com deficiência foram alguns dos pontos da proposta do governo mais criticados pelos senadores.

O debate contou também como a primeira sessão de discussão da PEC paralela, que contém sugestões de alterações na PEC principal, como a inclusão na reforma dos sistemas próprios de Previdência de estados e municípios.



A DISCUSSÃO SOBRE a PEC 6/2019 ocorreu durante uma sessão temática, com exposições de especialistas e pronunciamentos de senadores. Antes de ser votada em primeiro turno, a proposta ainda terá outras quatro sessões de discussão.

— O Senado está hoje à disposição desta sessão temática, tão importante para todos nós. Estamos debatendo a proposta da Previdência e o Plenário do Senado foi aberto hoje pela importância e pela relevância do tema — explicou o presidente da Casa, Davi Alcolumbre.

O secretário especial de Previdência e Trabalho, Rogério Simonetti Marinho, o ex-chefe da Coordenação de Estudos da Previdência do Ipea Paulo Tafner, e o professor José Marcio Camargo falaram a favor da proposta de reforma (veja na página 5).

Contra o texto da PEC se manifestaram o ex-ministro da Previdência Social Ricardo Berzoini, o empresário e en-



Tasso Jereissati (3º à dir.), relator da proposta vinda da Câmara dos Deputados, conduz a reunião temática ladeado pelos especialistas convidados

genheiro Eduardo Moreira, o professor e pesquisador em economia da Universidade de Campinas (Unicamp) Eduardo Fagnani, e a coordenadora nacional da organização Auditoria Cidadã da Dívida, Maria Lúcia Fattorelli (veja na página 4).

Manifestações

Paulo Paim (PT-RS) acusou o governo de apropriação indébita dos recursos da Previdência

e de omissão na cobrança de grandes empresas devedoras. O senador criticou vários pontos da PEC e chamou de crime as alterações nas regras da aposentadoria por invalidez, além de contestar que a reforma vai proteger os pobres, as crianças e os jovens.

— Foi dito aqui, e eu vou repetir: quem sustenta as crianças? Criança se sustenta só, meus amigos? Os jovens que não tem emprego, com

três milhões de jovens tentando entrar a cada ano no mercado de trabalho, eles se sustentam? Quem os sustenta é o pai, a mãe, é o avô, que dependem desse dinheiro da Previdência para sustentá-los. Quem sustenta a família ou são os pais, ou são os aposentados — alertou.

As mudanças, segundo Roberto Rocha (PSDB-MA), são uma forma de reequilibrar receitas e despesas. Para o senador, a Previdência é um

seguro para o qual devem contribuir os beneficiários, e não um instrumento de assistência social aos necessitados.

— Essa proposta equipara trabalhadores da iniciativa privada, equipara servidores públicos, equipara militares, juizes, procuradores, deputados, senadores, governadores. No ano passado, a Previdência teve um rombo de R\$ 290 bilhões. [...] É preciso dialogar com a realidade.

PEC paralela recebe críticas e é defendida por líder do governo

O texto da PEC paralela (PEC 133/2019), que também já foi aprovado pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), contém sugestões de alterações na PEC 6/2019, como a inclusão dos servidores de estados e municípios. O dispositivo ganhou força no Senado para evitar que a PEC principal fosse alterada e tivesse que retornar para a Câmara.

— O apelo que eu faço aos senadores é: pensem antes de votar. Peço perdão à população brasileira porque o Senado está demonstrando a sua pequenez quando se transforma num mero carimbador, chancelador daquilo que vem da Câmara dos Deputados, e aí aplica o engodo na chamada PEC paralela — criticou o senador Fabiano Contarato (Rede-ES).

Para ele, o Senado tem um comportamento omissivo, permissivo e subserviente, e a PEC paralela significa um “estelionato legislativo”. Na visão de Contarato, o governo poderia obter recursos cobrando empresas devedoras e revendo R\$ 376 bilhões em isenções e renúncias fiscais.

O líder do governo, senador Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE), discorda de que a Casa tenha atuado como

chanceladora das decisões da Câmara. Ele lembrou que o relator da PEC 6/2019 no Senado, Tasso Jereissati (PSDB-CE), fez supressões importantes no texto, como as referentes ao Benefício de Prestação Continuada (BPC). Bezerra disse ainda que a PEC paralela não é uma forma de evitar a discussão, mas sim, introduzir inovações sem alterar o cronograma da PEC principal.

— Esta Casa foi diligente na tramitação da PEC, e aqui quero registrar o empenho do presidente do Senado, Davi Alcolumbre, da presidente da CCJ, Simone Tebet [MDB-MS], e do relator, o senador Tasso, que, juntos, conduziram da melhor forma o processo. É importante destacar que,

diante de todo o trabalho realizado, não se pode imputar ao Senado a pecha de mero carimbador da proposta da Câmara — afirmou.

Eliziane Gama (Cidadania-MA) se disse contrária ao texto, mas elogiou a disposição do relator de fazer supressões na PEC durante a tramitação na CCJ. Ela garantiu que ainda atuará em Plenário para mudar outros pontos no texto, como as restrições ao abono salarial.

Por sua vez, Zenaide Maia (Pros-RN) afirmou haver crueldade no tratamento dado pela PEC às aposentadorias de pessoas com deficiência e dos trabalhadores que enfrentam condições perigosas ou insalubres. Para a senadora, é preciso pensar que há seres humanos

e vidas, “não só cifras economizadas”. Tanto ela quanto Randolfe Rodrigues (Rede-AP) afirmaram que não colocarão suas assinaturas na proposta.

— O que nós não aceitamos é que a conta recaia sempre naqueles que vêm pagando o preço nos últimos anos: os que menos têm dinheiro. Esses vão ser sacrificados ainda mais. Com minha digital, não aprovarei essa reforma da Previdência porque eu não quero ser cobrado no futuro por ter produzido para as gerações que virão um país mais desigual do que já é — disse Randolfe.

O senador Weverton (PDT-MA) apontou falta de honestidade no debate do texto com a sociedade e disse que a proposta precisa ser mais

discutida.

Jorge Kajuru (PSB-GO) declarou que ainda precisa ser convencido a votar contra ou a favor.

— Eu estou aqui para interpelar, para questionar, para ser convencido, porque ainda não estou. Eu preciso ainda ouvir muito mais, saber muito mais, para ter a minha opinião na última votação do Senado.

Empobrecimento

Para os senadores Flávio Arns (Rede-PR) e Paulo Rocha (PT-PA), a reforma promove o empobrecimento dos mais carentes.

Arns fez um apelo ao presidente da República, para que busque tornar a reforma mais justa por meio da PEC paralela.

— O apelo que eu faço ao presidente Jair Bolsonaro e à primeira-dama Michelle Bolsonaro é para dizer: “olhem, ainda dá tempo, não vamos cometer essa injustiça”. Porque eu tenho absoluta convicção de que o presidente e a primeira-dama não sabem disso que está acontecendo nessa PEC. Se soubessem, eu tenho convicção de que não autorizariam e não concordariam com o empobrecimento violento do povo brasileiro.



Fernando Bezerra (E) fala aos demais senadores, em momento em que Jaques Wagner (4º à esq.) preside reunião

Críticos pedem retirada de pontos da reforma

Participantes de sessão temática alegaram que certas mudanças, como as referentes a abono salarial e aposentadoria especial e por invalidez, vão prejudicar os mais pobres



DURANTE Sessão de debate temático, ontem, no Plenário, os convidados críticos à proposta de reforma da Previdência afirmaram que as mudanças vão prejudicar de maneira mais severa a população de baixa renda. Eles pediram que os senadores rejeitem ou alterem a PEC 6/2019, para diminuir as injustiças presentes no texto.

O empresário e engenheiro Eduardo Moreira criticou as mudanças previstas na reforma em relação ao abono salarial, às aposentadorias especiais e às pensões por morte. Essas alterações, afirmou, vão prejudicar milhões de brasileiros.

Ele explicou que, atualmente, todo trabalhador com carteira assinada há mais de 5 anos e que ganhe até dois salários mínimos tem direito a abono salarial anual proporcional à sua renda, com teto de um salário mínimo. A PEC da Previdência diminuiu drasticamente a abrangência do abono ao limitar a renda máxima a um salário mínimo, lamentou.

De acordo com Moreira, cerca de 20 milhões de trabalhadores recebem o abono atualmente. Ele disse que a função do benefício é premiar os trabalhadores formais que ganham pouco, para incentivá-los a continuar na formalidade e diminuir a desigualdade no país.

— A mudança proposta vai tirar de mais de 12 milhões de brasileiros e brasileiras o direito de receber o equivalente a quase R\$ 100 por mês. Para nós, pouco dinheiro, mas para uma família mais pobre, o equivalente a uma conta de luz e de gás somadas. São famílias que vivem no equilíbrio. Nós temos que nos lembrar de quem estamos falando, não são números numa planilha de Excel, são pessoas — disse.

Em 2016, de acordo com Moreira, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada



Narlon Gutierre Nogueira, Bruno Bianco Leal, Paulo Paim, Eduardo Moreira, Maria Lúcia Fattorelli e Eduardo Fagnani debatem PEC em sessão temática

(Ipea) sugeriu a ampliação da abrangência do abono salarial, em razão de estudos que mostravam a importância do instrumento para a economia e para diminuir desigualdades. Ele afirmou também que o programa de governo apresentado pelo então candidato à Presidência Jair Bolsonaro prometia mais vantagens para os beneficiários do abono.

Insalubridade

Nas palavras do estudioso, a pior crueldade da proposta são as mudanças nas regras das aposentadorias especiais, concedidas a trabalhadores que desenvolvem atividades insalubres e perigosas.

— Não há nada mais cruel na reforma do que a mudança nas regras das aposentadorias especiais. Quem são os aposentados especiais? É uma aposentadoria concedida ao cidadão que trabalha exposto a agentes nocivos acima dos limites estabelecidos, acima dos limites saudáveis. Se trabalhar mais do que aquilo, ele morre, ele tem um câncer, ele fica inválido. É assim que nós vamos tratar aqueles que fazem aquilo que nós não temos a coragem de fazer, aquilo que nenhum de nós se dispõe a fazer, mas aquilo que todos nós usamos? — questionou.

O engenheiro pediu para que os senadores mudem

o que tem que ser mudado na reforma. Já o professor e pesquisador em economia da Universidade de Campinas (Unicamp), Eduardo Fagnani, começou sua explanação afirmando que há 12 milhões de brasileiros desempregados, 5 milhões de desalentados, 14 milhões de trabalhadores subocupados ou subutilizados, 40 milhões que trabalham na informalidade e 55 milhões de brasileiros que vivem abaixo da linha da pobreza.

Esse é um dos retratos da desigualdade social brasileira, disse o professor.

— Esse enorme contingente de brasileiros, aqui representados pelas senhoras e pelos senhores, já não contribui para a Previdência e, mesmo com as regras atuais, dificilmente terá proteção previdenciária na velhice. O Brasil é o país mais desigual do mundo — afirmou.

Padrões

Para Fagnani, a PEC 6/2019 desconsidera a realidade do mercado de trabalho nacional ao impor padrões usados por países desenvolvidos. Ele acrescentou que o Brasil já passou por sete reformas da Previdência, desde 1998.

— Eu pergunto: nada foi mudado? Todos os problemas que dizem existir até hoje não foram objeto dessas reformas? Por que não se considera que há 16 anos o servidor civil federal não tem paridade, nem integralidade? Por que não se diz que desde 2012 o servidor público que entrar na carreira já tem um teto de R\$ 5,8 mil? Que não vai existir marajá em 2040, 2050? — argumentou.

Ele também afirmou que é mentira do governo que o Brasil vai quebrar sem a reforma da Previdência, e disse que as mudanças vão fazer a renda de aposentados e pensionistas cair muito.

— O nosso sistema é bicameral e eu tenho muita fé, eu

acredito realmente que este Senado vai cumprir o seu papel revisor, previsto na nossa Constituição, porque isso mexe com a vida de mais de 200 milhões de pessoas. Não estamos discutindo reforma da Previdência, nós estamos discutindo que país nós vamos ter daqui a 10, 15, 20 anos. Nós estamos discutindo se este Senado será capaz de evitar mais um retrocesso no processo civilizatório brasileiro — acrescentou.

Injustiça

Ex-ministro da Previdência Social, Ricardo Berzoini afirmou que a reforma da Previdência é injusta porque vai atingir de maneira mais grave as pessoas mais pobres, sem mexer com os mais ricos. Para Berzoini, o Brasil deveria focar na reforma tributária, aumentando os impostos sobre bilionários, latifundiários, banqueiros, heranças, ganhos de capital e dividendos.

— Vamos tributar as heranças. Vamos tributar o Imposto de Renda da Pessoa Física, não dos pobres, não dos trabalhadores, mas daqueles que ganham mais de US\$ 500 mil por ano. Vamos tributar os ganhos de capital. Vamos tributar os dividendos. Vamos acabar com a distribuição de juros sobre capital próprio. Vamos assegurar que o Brasil tenha um sistema tributário capaz de financiar suas políticas — sugeriu Berzoini.

Ele disse que quem depende da seguridade social, da saúde pública, da Previdência Social e da assistência social são os mais pobres. O ex-ministro acrescentou que o sistema de seguridade brasileiro é um direito social e de proteção conquistado na Constituição.

— A Constituição de 1988 foi uma das maiores conquistas que nós tivemos na história. E, dentro da Constituição, a principal conquista é o capítulo da seguridade social.

O Senado Federal, e lamento que temos poucos senadores aqui no dia de hoje, poderia homenagear a democracia brasileira, homenagear o espírito público que uma Casa parlamentar deve ter e dizer claramente: vamos sobrestar essa reforma iníqua, essa reforma injusta e vamos fazer a reforma tributária — concluiu.

Retrocesso social

Coordenadora nacional da organização Auditoria Cidadã da Dívida, a auditora aposentada Maria Lúcia Fattorelli afirmou que a reforma da Previdência é uma pauta de interesse do mercado financeiro nacional e internacional e será um retrocesso para a população.

Ela sugeriu que o Senado rejeite a PEC 6/2019 e promova uma reforma tributária. Fattorelli citou o Projeto de Lei Complementar (PLP) 9/2019 e o PL 1.981/2019. O primeiro, instituiu o Imposto sobre Grandes Fortunas. O segundo, estabelece a cobrança de imposto de renda sobre a distribuição de lucros e dividendos.

— Só esses dois projetos garantiriam uma arrecadação de R\$ 1,25 trilhão nos próximos dez anos; R\$ 250 bilhões a mais do que o ministro gostaria com essa reforma. E atingiria quem? Atingiria as grandes fortunas e atingiria os privilegiados que recebem lucros e dividendos isentos. Vamos deixar de lado esse discurso de que precisa, de que há déficit na Previdência. Há déficit porque falta receita. E falta receita por causa dos privilégios, porque os lucros não são tributados, as fortunas não são tributadas neste país. O problema não está na Previdência. O problema está na política monetária do Banco Central, que produziu a crise, que gastou R\$ 1 trilhão nos últimos dez anos para remunerar a sobra de caixa dos bancos de forma ilegal — afirmou.



Ex-ministro da Previdência, Ricardo Berzoini fala na sessão temática

Para defensores da PEC, sistema é insustentável

Debatedores contrários ao modelo atual citaram o percentual elevado do PIB gasto com Previdência e assistência social e o crescimento acelerado da população idosa



CRÍTICO DO SISTEMA de aposentadoria brasileiro, que afirmou ser o segundo mais caro do mundo, o professor de economia José Marcio Camargo chamou a atenção para os efeitos do crescimento sistemático e acelerado da população idosa: segundo as estatísticas que apresentou, o Brasil permanece um país “relativamente jovem” mas, em 20 anos, se tornará o sétimo país mais velho do mundo.

Outra preocupação de Camargo é o gasto de 14% do PIB com Previdência e assistência social — uma proporção elevada, em sua avaliação — e o gasto governamental per capita é seis vezes maior com aposentadorias e pensões do que com educação dos jovens. Para ele, a proposta representa a escolha entre dar 45% do total dos gastos para 9,5% da população e deixar 25% dos jovens sem dinheiro para educação.

— O Brasil dá enorme prioridade a nossos idosos em relação a nossas crianças e adolescentes. É isso que queremos para o Brasil? — indagou o professor, que também criticou a desigualdade entre aposentadorias do setor público em comparação com o setor privado.

Se aprovada, a proposta de reforma da Previdência, segundo Camargo, poupará mais recursos per capita con-

siderando o regime de aposentadoria dos funcionários admitidos no serviço público depois de 2003 e mostrará resultados gradativos com a introdução da idade mínima de aposentadoria.

Ex-chefe da Coordenação de Estudos da Previdência do Ipea, Paulo Tafner também citou a proporção de gastos previdenciários em relação ao PIB, reiterando que a rubrica representa um gasto maior que os setores de saúde e educação juntos. Ele lamentou que a Previdência proporcione maiores benefícios aos grupos mais protegidos, que têm regras mais generosas: segundo os números apresentados por Tafner, a população pobre de

sexo masculino se aposenta pelo menos aos 66 anos, e a classe média, entre 55 e 56 anos.

Segundo ressaltou, a mudança demográfica no país será muito acelerada e agravará a relação dívida-PIB, que já é pelo menos 50% maior que a dos países emergentes comparáveis com o Brasil. Tafner ainda criticou as regras atuais, que permitem a aposentadoria por tempo de contribuição e favorecem a acumulação de benefícios. E previu que em 40 anos o país terá uma relação de 1,6 cidadão ativo para cada inativo.

— Nosso sistema de reparação está condenado pela demografia. O futuro significa

que temos que planejar um sistema que substitua esse, que não para em pé.

Secretário de Trabalho e Previdência do Ministério da Economia, Rogério Marinho classificou o sistema previdenciário como injusto e insustentável do ponto de vista fiscal. Ele considera que os mais pobres são os mais interessados na reforma, considerando a necessidade de preservação do investimento estatal em setores como saúde, educação e segurança pública.

Admitindo que a reforma da Previdência é um “remédio amargo”, Marinho previu que, sob as novas regras, todos deverão fazer sua parte na proporção de sua capacidade

contributiva de modo a manter a sustentabilidade do sistema. Ele lembrou que mesmo os críticos da PEC em tramitação admitem que o Brasil precisa fazer algum tipo de reforma, o que considera uma evolução no debate.

— A reforma não ataca direitos adquiridos, mas reorganiza benefícios para o futuro e preserva direitos dos cidadãos brasileiros.

Marinho apresentou dados sobre a injustiça do sistema, que, segundo ele, subsidia os mais ricos, e atribuiu o agravamento do déficit da Previdência aos equívocos reiterados de governos anteriores que resultaram na crise econômica de 2014 e 2015.



Observado por Randolfe Rodrigues (C), Rogério Marinho (tribuna) disse que a atual Previdência é injusta e insustentável do ponto de vista fiscal

Gerardo Magalhães/Agência Senado

Comissão de Ciência e Tecnologia vota hoje mudanças na Lei das Teles

A Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT) analisa hoje o relatório do projeto que altera o regime de concessão de telefonia fixa para autorizar a prestação do serviço pela iniciativa privada. O PLC 79/2016 também transfere a infraestrutura de telecomunicações da União para as concessionárias que exploram o serviço desde a privatização do setor, em 1998.

Ontem foi concedida vista coletiva ao relatório da senadora Daniella Ribeiro (PP-PB), que rejeitou as 16 emendas apresentadas mas manteve emenda de Plenário que estabelece o prazo máximo da concessão em 20 anos, prorrogável por igual período.

Uma das principais modificações previstas no projeto — que altera as Leis 9.472, de 1997 (Lei das Teles) e 9.998, de 2000 — prevê a possibilidade de migração

das atuais concessionárias de telefonia fixa para o regime de autorização.

De acordo com o texto, a Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) poderá autorizar a mudança de concessão para autorização, desde que a empresa cumpra alguns requisitos, como a manutenção da prestação do serviço adaptado e investida em infraestrutura de redes de alta capacidade no valor mínimo calculado pela agência.

Investimentos

Na discussão do projeto, Daniella destacou que a alteração na Lei das Teles permitirá a ocorrência de novos investimentos no setor de telecomunicações.

— Estamos atualizando o marco regulatório e trazendo um novo momento para o país. Estamos pavimentando o caminho para uma nova realidade de investimentos — afirmou.

Favorável ao projeto, o senador Major Olímpio (PSL-SP) disse que o texto favorece a reformulação do atual modelo de telecomunicações. Segundo ele, a atual modelagem da telefonia fixa está defasada e o projeto propiciará avanços na telefonia móvel e na banda larga.

Para o senador Rodrigo Cunha (PSDB-AL), o projeto poderá contribuir para diminuir as desigualdades regionais em relação a in-

vestimentos em telecomunicações. Ele destacou que vários municípios do Nordeste não contam com internet ou convivem com um funcionamento irregular da telefonia.

Na avaliação do senador Arolde de Oliveira (PSD-RJ), a aprovação do projeto vai destravar os investimentos no setor de telecomunicações e trazer novas possibilidades de estruturas para uma transição rigorosa com a

convergência de tecnologias.

O senador Paulo Rocha (PT-PA) disse que o serviço de telecomunicações não será destravado se não houver uma política de governo que aponte prioridades e faça com que as empresas universalizem os serviços e cheguem aos locais mais remotos do país, como as regiões isoladas da Amazônia.

Compromissos

Segundo o texto, o valor econômico estipulado para a adaptação do instrumento de concessão deverá ser revertido em compromissos de investimento para a implantação de infraestrutura de alta capacidade de transmissão de dados, a partir de diretrizes definidas pelo Poder Executivo. Os compromissos deverão priorizar a cobertura de áreas sem competição adequada e a redução das desigualdades regionais.



A comissão concedeu vista coletiva ao relatório de Daniella Ribeiro

Jana de Araújo/Agência Senado

Mais entidades poderão emitir carteira de estudante

Projeto, que será avaliado pela Comissão de Assuntos Econômicos antes de ir para a Câmara, permite que o documento oferecido pelas escolas também dê direito à meia entrada em shows, teatro e cinema

O PROJETO QUE estende às escolas o poder de emitir as carteiras de estudante que dão direito à meia entrada em eventos culturais foi aprovado ontem na Comissão de Educação (CE). O PL 2.357/2019 agora será avaliado pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), de maneira terminativa.

O relator, Marcio Bittar (MDB-AC), concordou com o autor, senador Roberto Rocha (PSDB-MA), considerando democrático quebrar o monopólio de emissão das carteiras por instituições como a União Nacional dos Estudantes (UNE) e União dos Estudantes Secundaristas (Ubes), sem tirar delas o direito de também emitir os documentos.

— A restrição a poucas entidades não apenas cria reserva de mercado, mas também é um obstáculo para que estudantes de cidades menores, onde não há representações das uniões de estudantes, possam ter o benefício que lhes é legalmente concedido.

De acordo com o senador, as escolas só vão fazer carteiras de alunos regularmente matriculados, o que reduz a possibilidade de fraude.



Dário Berger (D) preside reunião para análise de projetos na comissão

O presidente da CE, Dário Berger (MDB-SC), lembrou a edição da medida provisória que estendeu ao Ministério da Educação o poder de emitir carteira estudantil. Pela MP 895/2019, a emissão pelo MEC será gratuita e adotará, preferencialmente, o formato digital. O mesmo texto autoriza o ministério a pedir o consentimento do aluno para manter seus dados no cadastro do Sistema Educacional Brasileiro.

Audiência

A CE aprovou também requerimento de audiência pública sobre o projeto que institui o Dia Nacional de Santa Dulce dos Pobres (PL 4.028/2019).

A comissão ainda debateu os resultados da pesquisa internacional “Education at a Glance”, divulgada ontem. A publicação da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) afirma que o Brasil ainda tem menos bacharéis que outros países participantes do grupo.

Entre os adultos, apenas 18% dos brasileiros têm ensino superior, contra a média de 39% registrada em outros países. No entanto, a taxa de jovens matriculados em universidades vem subindo. Os graduados brasileiros, com título superior, ganham no mínimo 13% a menos que os dos outros países, e essa diferença é maior se comparados os salários de professores.

Imagem do agronegócio do Brasil é tema de debate

Audiência hoje, às 11h, na Comissão de Agricultura (CRA) vai analisar a imagem do Brasil no mundo em relação ao agronegócio, meio ambiente e reserva legal.

A audiência foi requerida pela presidente da CRA, Soraya Thronicke (PSL-MS). Segundo a senadora, o Brasil tem sido alvo de notícias falsas sobre falta de preservação ambiental disseminadas em vários países, correndo o risco de enfrentar novas barreiras protecionistas motivadas por interesses ambientais e ideológicos. “Precisamos

desmistificar essas falácias, mostrando o real compromisso do agronegócio com o meio ambiente”, diz a parlamentar.

Foram convidados para o



A audiência foi solicitada pela senadora Soraya Thronicke

debate a ex-ministra do Meio Ambiente e Copresidente do Painel Internacional de Recursos da ONU Izabella Teixeira, o secretário especial de Comunicação Social da Presidência da República, Fabio Wajngarten; e representantes dos ministérios das Relações Exteriores, da Agricultura e do Meio Ambiente.

Também devem participar representantes da Secretaria Executiva da Câmara de Comércio Exterior do Ministério da Economia (Camex) e da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA).

Relatório da MP do Médicos pelo Brasil deve ficar pronto no dia 24

O relator da medida provisória que cria o Programa Médicos pelo Brasil, senador Confúcio Moura (MDB-RO), disse que pretende apresentar seu relatório ainda neste mês.

— No dia 24 de setembro quero submeter o relatório da medida provisória à comissão. Dia 25, a discussão e a votação do relatório. Porque aparentemente há uma certa pressa. Ela caduca no dia 29 de novembro — afirmou.

Em debate ontem na comissão mista da MP, o presidente do Conselho das Secretarias Municipais de Saúde do Estado de São Paulo, José Fogolin, afirmou que a substituição do Programa Mais Médicos deve ser feita sem prejudicar o atendimento de saúde nos municípios do interior.

— É imprescindível discutir e pactuar a transição dos dois programas, não dá para fechar uma página e abrir outra como se a história fosse dinâ-

mica dessa maneira. A gente precisa fazer um processo de transição, isso é fundamental.

O deputado Alexandre Padilha (PT-SP), que foi ministro da Saúde no governo Dilma Rousseff, sugeriu uma emenda que permita que ambos os programas possam ser executados de forma conjunta. O representante do Consórcio do Nordeste, Florentino Neto, pediu que o Médicos pelo Brasil não seja a única estratégia para levar assistência a localidades pequenas.

O diretor de Programa da Secretaria de Atenção Primária à Saúde do Ministério da Saúde, Lucas Wollmann, disse que haverá provimento de médicos nas cidades mais necessitadas. Segundo ele, as vagas na nova proposta foram distribuídas de forma a haver aumento de médicos nos municípios prioritários em todas as regiões.



Senador Confúcio Moura, relator, e deputado Ruy Carnerio, presidente

Comissão de Orçamento aprova abertura de créditos adicionais

A Comissão Mista de Orçamento (CMO) aprovou ontem três projetos do Executivo com créditos orçamentários. Todos seguirão para análise em sessão do Congresso, em data ainda a ser marcada.

O primeiro (PLN 13/2019) prevê crédito suplementar de R\$ 39 mi para diversos órgãos do Executivo. O texto foi aprovado na forma de substitutivo do relator, deputado João Carlos Bacelar (PL-BA).

A segunda proposta (PLN 15/2019) trata de um crédito

suplementar de R\$ 1,8 bi para a Petrobras, destinado a manutenções em plataformas. O relator, deputado Luciano Ducci (PSB-PR), recomendou a aprovação.

Por último, o PLN 17/2019 abre crédito de R\$ 12,6 mi para rodovias, para o programa Minha Casa, Minha Vida e para a sede da Controladoria-Geral da União (CGU) no Piauí. O relator, senador Elmano Férrer (Podemos-PI), emitiu parecer favorável.

Da Agência Câmara

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Davi Alcolumbre
Primeiro-vice-presidente: Antonio Anastasia
Segundo-vice-presidente: Lasier Martins
Primeiro-secretário: Sérgio Petecão
Segundo-secretário: Eduardo Gomes
Terceiro-secretário: Flávio Bolsonaro
Quarto-secretário: Luis Carlos Heinze
Suplentes de secretário:
 Marcos do Val, Weverton, Jaques Wagner e Leila Barros

Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira
Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Érica Ceolin
Coordenadora-geral: Ana Lucia Romero Novelli
Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Flávio Faria
Coordenador-geral: Sílvio Burle
Coordenação de Cobertura: Paola Lima
Serviço de Reportagem: Sheyla Assunção
Serviço de Fotografia: Leonardo Sá
Serviço de Arte: Bruno Bazílio

Jornal do Senado

Editora-chefe: Fernanda Vidigal

Edição e revisão: Joseana Paganine, Juliana Steck, Maurício Müller e Pedro Pincer

Diagramação: Claudio Portella, Ronaldo Alves e Sandro Alex

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Agência Senado, do **Jornal do Senado**, da Rádio Senado e da TV Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)

Navegação na costa deve ser facilitada, prevê agência

Em audiência na Comissão de Infraestrutura, diretor-geral da Antaq afirmou que governo estuda diminuir a burocracia e elevar a frota marítima para viabilizar a navegação de cabotagem no país

ODIRETOR-GERAL DA Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq), Mário Povia, revelou ontem em debate na Comissão de Infraestrutura (CI) que o governo estuda viabilizar e aumentar a navegação de cabotagem — a que é feita sem que o navio se afaste da costa —, diminuindo a burocracia e elevando tamanho da frota marítima para o transporte de contêineres, baixando custos e desafogando as estradas brasileiras. A Antaq e o Ministério da Infraestrutura estão trabalhando juntos nisso, assim como na ampliação do transporte de passageiros via navegação, informou.

Povia apresentou à CI ações e resultados da agência. Segundo ele, o governo está preparando um instrumento jurídico, provavelmente uma medida provisória, para implantar o Projeto BR do Mar.

O dirigente frisou que a Antaq não impede que empresas atuem no setor de cabotagem, já que em 30 dias é possível autorizar uma embarcação a navegar. O problema é a falta de viabilidade e atratividade econômica para as empresas atuarem, problemas que devem ser o alvo do projeto em desenvolvimento, que busca ainda a melhoria do ambiente de negócio.

— A burocracia da cabotagem e do alfandegamento é algo que está detectado, nos estudos que foram produzidos. Agora estamos arregaçando as mangas nessa questão, essa provavelmente Medida Provisória BR do Mar vai tratar dessa questão — explicou.

A senadora Kátia Abreu



Mário Povia, ao lado do senador Marcos Rogério, presidente da comissão

(PDT-TO) defendeu que o tratamento alfandegário diferencie a navegação de cabotagem da de longa distância (para importação e exportação), que hoje têm exigências idênticas e trazem “descrença e burocracia” para quem atua no país.

Transporte fluvial

O senador Marcos Rogério (DEM-RO), que presidiu a reunião, lembrou que, para além da navegação de cabotagem, o Centro-Oeste é o mais importante produtor de commodities brasileiro e tem rios navegáveis que não são explorados, prejudicando o escoamento da produção.

— O Brasil tem tratado essa questão da navegação de forma muito desconectada — lamentou.

Para o futuro, Povia afirmou que a agência vai apoiar o desenvolvimento da navegação interior e o fortalecimento e incentivo à navegação de cabotagem, além da redução da burocracia (com outorga eletrônica e processos digitalizados).

A Antaq, disse, também vai trabalhar para continuar como referência na produção de da-

Números da Antaq

1,18 milhão de toneladas de cargas movimentadas em 2018, aumento de 33% em comparação com 2010 e de 2,7% em relação a 2017

512 mil toneladas movimentadas no primeiro semestre de 2019, redução de 3,47% em relação ao mesmo período de 2018 por conta da queda do transporte de grãos

1.379 fiscalizações realizadas pela Antaq em 2018, incremento de 17% em relação ao ano anterior

dos estatísticos do setor aquaviário e participará efetivamente da elaboração do modelo de concessão de hidrovias.

— Os desafios são grandes, temos muito a fazer, mas estamos em um círculo virtuoso. Temos problemas mapeados e soluções encaminhadas, nossa convergência é ter um país mais justo e competitivo, com uma infraestrutura que permita escoar produtos com menor custo, receber insumos com menor custo também, gerar emprego e renda e, ao fim e ao cabo, o desenvolvimento nacional — afirmou.

Colegiado discute hoje venda fracionada de gás

A proposta do governo de permitir a venda fracionada de gás de cozinha (ou gás liquefeito de petróleo, GLP) será debatida hoje pela Comissão de Desenvolvimento Regional (CDR).

A possibilidade de o consumidor de GLP encher o botijão de forma parcial foi anunciada no fim de julho pela Agência Nacional de Petróleo (ANP). Além do fracionamento, o governo também estuda permitir o enchimento do mesmo botijão por diferentes marcas.

Mas senadores estão preocupados com os possíveis impactos dessas medidas. Jaques Wagner (PT-BA), que sugeriu a realização da audiência, avalia que as propostas do governo podem levar ao aumento do

preço do gás, além de colocar em risco a segurança dos consumidores. Também assinaram pedidos por audiência o presidente da CDR, Izalci Lucas (PSDB-DF), e Zenaide Maia (Pros-RN).

“Especialistas apontam que o



Jaques Wagner é autor do requerimento para a audiência

fracionamento afetará o preço do gás, tornando-o mais caro, afetando sua economicidade, posta a perda eficiência, o que impactará diretamente a sociedade. A venda na forma fracionada nos traz ainda questionamentos quanto à segurança dos indivíduos que o comercializarão, bem como quanto à segurança do próprio consumidor”, justificou Wagner.

O debate deve contar com a presença de pesquisadores e representantes da ANP, das empresas distribuidoras e revendedoras de GLP, do Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (Inmetro) e da Associação Brasileira dos Revendedores de Gás Liquefeito.

Avança divulgação do valor unitário de bens comprados pelo Poder Público

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovou ontem proposta que determina a publicação eletrônica dos valores unitários dos bens e serviços adquiridos pelos entes públicos. O PLS 247/2015 segue para o Plenário.

O projeto altera a Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar 101, de 2000), que já obriga a publicação de algumas informações: o número do processo, o beneficiário do pagamento e a licitação realizada. O texto, do senador Reguffe (sem partido-DF), pretende obter ainda mais transparência para essas compras.

“O cidadão poderá consultar e saber quanto custou cada medicamento adquirido pelo poder público, por exemplo, possibilitando que a população compare quanto ela está pagando pelo remédio diretamente na farmácia e quanto o governo, que compra em grande quantidade, está pagando por estes medicamentos”, justifica.

Relator na CAE, Plínio Valério (PSDB-AM) recomendou a aprovação, com ajustes de redação. O senador afirma que a medida é mais um passo no aprimoramento da transparência da administração pública.

Dislexia

A comissão aprovou ainda o PL 3.517/2019, que beneficia alunos da educação básica com dislexia, transtorno do déficit de atenção com hiperatividade (TDAH) ou outros transtornos de aprendizagem. O projeto obriga o poder público a manter um pro-

grama de acompanhamento integral para estudantes com necessidades especiais no aprendizado escolar. O projeto segue para as Comissões de Assuntos Sociais (CAS) e de Educação (CE).

O texto é um substitutivo ao PLS 402/2008, do ex-senador Gerson Camata, aprovado pela Câmara. De acordo com o relator, Confúcio Moura (MDB-RO), a implantação das ações se dará mediante realocação de profissionais da área e coordenação entre ações e programas já existentes. O presidente da CAE, Omar Aziz (PSD-AM), disse que muitos estudantes com esses transtornos sofrem bullying na escola.

Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE) afirmou que estudos detalhados do Ministério da Educação e do Conselho Nacional de Educação sobre a Política Nacional de Educação Especial ficarão prontos a tempo da discussão do projeto na CAS e na CE.

Lábio leporino

Outra proposta aprovada pela CAE foi o parecer favorável a projeto (PL 3.526/2019) que obriga o Sistema Único de Saúde (SUS) a realizar cirurgia plástica reconstrutiva de lábio leporino ou fenda palatina. O texto segue para a Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

Segundo o relator, Otto Alencar (PSD-BA), a falta de atendimento adequado aos recém-nascidos acarreta problemas na alimentação e na fala, prejudicando seu desenvolvimento físico, psicológico e social.



Omar Aziz, presidente da CAE, e Plínio Valério, relator do projeto

Diretor da ANP participa de debate em comissão sobre a atuação da agência

A Comissão de Infraestrutura (CI) debate hoje com o diretor-geral da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), Décio Oddone, o trabalho da agência.

O Regimento Interno do Senado determina que dirigentes de agências reguladoras compareçam à Casa para prestar contas sobre o desempenho e a avaliação

de políticas públicas.

A agência é uma autarquia federal vinculada ao Ministério de Minas e Energia, responsável pela regulação de mais de 110 mil empresas de gás natural, petróleo e biocombustíveis.

A atuação da ANP tem como foco a garantia do abastecimento de combustíveis e a defesa dos interesses do consumidor.

Vai a Plenário indicação de embaixador para a Bósnia

Sabatinado ontem pela Comissão de Relações Exteriores, Lineu Pupo de Paula afirmou que o Brasil pode explorar bauxita e minério de ferro no país europeu e deve aumentar a exportação de grãos

A COMISSÃO DE Relações Exteriores (CRE) aprovou ontem a indicação do diplomata Lineu Pupo de Paula para a chefia da embaixada brasileira em Sarajevo, na Bósnia. A análise da indicação segue agora ao Plenário.

Durante a sabatina na CRE, Pupo de Paula revelou que a Bósnia possui riquezas minerais como bauxita e minério de ferro. Mas, segundo ele, a única empresa local de mineração encontra-se em péssimas condições financeira e estrutural, o que pode facilitar a entrada de empresas brasileiras para explorar esse mercado. Essa seria sua prioridade à frente da embaixada.

— A economia bósnia é muito incipiente, o desemprego é altíssimo e nada funciona a contento por lá. Eles têm reservas minerais, possuem minas localizadas, mas sem condições de explorarem este potencial. Portanto, é um espaço que pode ser explorado por empresas do nosso país. Ou pelo menos podemos também estabelecer parcerias para vender mais minérios a eles.

Outra prioridade anunciada por Pupo de Paula é aumentar a exportação de grãos para a



Lineu Pupo de Paula e Nelsinho Trad, que preside a sabatina na comissão

nação europeia.

A embaixada em Sarajevo auxilia brasileiros que visitam Medjugorje, no sul do país, cidade que atrai muito turismo católico após diversos relatos de aparições da Virgem Maria.

Sonho europeu

Pupo de Paula destacou que o objetivo político-econômico da Bósnia é fazer parte da União Europeia (UE). Em maio, a UE deu um parecer inicial à pretensão bósnia, mas o processo ainda está no início.

— Na prática a Bósnia é um país dividido em três, com territórios de maioria muçulmana, sérvia e croata. E entrar

na UE provavelmente é o único tema em que as três etnias podem entrar num acordo.

O diplomata também disse que a Bósnia ainda sofre sequelas da guerra de desmembramento da Iugoslávia, durante a década de 1990.

— Recentemente a presidente da Croácia, Kalinda Kitarovic, voltou a falar na Grande Croácia. Isso significa na prática anexar a Bósnia e relegar os muçulmanos a quase um gueto. Os sérvios-bósnios também falam na Grande Sérvia, anexando no mínimo a República Srpska, onde fica Medjugorje, e que hoje faz parte da Bósnia.

A Bósnia também sofre com as intervenções da embaixada dos EUA e de representantes da UE nos assuntos internos do país, segundo o diplomata. Rússia e China também tem representações importantes, além de nações islâmicas como Irã, Turquia e Arábia Saudita, devido à grande comunidade muçulmana.

— O quadro do país hoje não é bom. A economia está estagnada, o desemprego entre pessoas até 24 anos de idade chega a 40% e os jovens estão saindo do país — afirmou.



Colegiado apurará denúncias sobre empresa de energia

A Comissão de Relações Exteriores (CRE) instalou ontem uma subcomissão para investigar denúncias de tentativa de favorecimento ilegal à empresa brasileira Leros, que atua no setor de energia.

Segundo o requerimento lido pelo presidente da CRE, Nelsinho Trad (PSD-MS), foi prometida à Leros a venda da energia excedente do Paraguai no mercado livre de energia do Brasil, “a preços e condições imbatíveis”.

Ficou definido que Nelsinho será também o presidente da subcomissão, cabendo a Jaques Wagner (PT-BA) a relatoria. O outro membro do colegiado

será Telmário Mota (Pros-RR). A subcomissão terá 60 dias para concluir seus trabalhos, podendo o prazo ser prorrogado por igual período.

O requerimento para a criação do colegiado partiu de Wagner. Segundo ele, a renegociação sobre a energia contratada junto à Itaipu Binacional, “ocorrida em sigilo, aumentou a quantidade de energia contratada pelo Paraguai. A mudança provocaria um aumento no preço da energia elétrica consumida lá”.

A crise levou à queda do ministro das Relações Exteriores do Paraguai, Luís Castiglione, e outras autoridades. Wagner

acrescenta que o próprio presidente paraguaio, Mario Abdo, está ameaçado de impeachment.

“Agravando o quadro, a imprensa paraguaia divulgou, com base em mensagens trocadas por autoridades, que teria havido a tentativa de favorecimento ilegal à Leros. A enorme repercussão negativa das renegociações no Paraguai lança sombras sobre a revisão de outros acordos sobre Itaipu, que terão de ser inteiramente reformulados até 2023. Caso as relações piorem, o Brasil corre risco de ficar sem a energia que o Paraguai não usa em Itaipu”, finaliza.

CPI das Fake News vai convocar representantes de redes sociais

A CPI Mista das Fake News aprovou ontem a convocação de representantes no Brasil das empresas WhatsApp, Google, Twitter, Youtube, Instagram, Facebook, The Intercept Brasil e Telegram para depor, e da professora Dolores Aronovich, que sofreu cyberbullying recebendo até ameaças de morte em seu blog *Escreva, Lola, escreva*. Os requerimentos são da deputada Luizianne Lins (PT-CE). O objetivo é ouvir os representantes dessas empresas para que eles possam se manifestar sobre o problema das fake news nas redes sociais.

— Existe hoje um processo de fake news em todas as redes sociais. É impossível a gente começar a investigar qualquer coisa se a gente não ouvir as próprias empresas que hoje são responsáveis pela constituição desse compartilhamento, digamos assim, do ponto de vista do que a sociologia chama de fala pública — explicou Luizianne.

A deputada Lídice da Mata (PSB-BA), relatora da comissão, apresentou o plano de trabalho do colegiado que, no entanto, não foi votado. Ela propõe a realização de

quatro audiências públicas, sendo a primeira destinada a conceituar as fake news, com a presença de acadêmicos e especialistas no tema.

Sub-relatorias

Já a segunda e a terceira audiências seriam realizadas com a presença dos representantes das empresas de redes sociais, incorporando os requerimentos de Luizianne. A quarta audiência seria focada nas leis de proteção de dados.

— A proposta é também que a gente possa estabelecer pelo menos mais duas sub-relatorias sobre o crime envolvendo crianças e adolescentes, sobre cyberbullying e sobre a privacidade de dados. Poderíamos ter essas três sub-relatorias trazendo duas ou três audiências públicas sobre esses temas específicos, para que depois pudéssemos incorporar todos ao nosso relatório geral — acrescentou.

Presidida pelo senador Ângelo Coronel (PSD-BA), a CPI mista tem 180 dias para investigar perfis falsos e ataques cibernéticos nas redes sociais, inclusive aqueles com possível influência no processo eleitoral.



Angelo Coronel e Lídice da Mata participam de reunião da CPI mista

Audiência debaterá formação de médicos para doenças raras

Entre os muitos desafios a serem vencidos para oferecer uma assistência especializada que acolha todos os pacientes com doenças raras encontra-se a falta de um conhecimento maior das áreas da saúde. Daí a necessidade de que esses futuros profissionais sejam melhor preparados para atender essas pessoas e seus familiares a contento. É o que explica a senadora Mara Gabrilli (PSDB-SP), presidente da Subcomissão Temporária sobre Doenças Raras, em seu pedido para que o colegiado discuta o assunto.

O debate acontece hoje na subcomissão, e vai tratar em especialmente da in-

clusão de disciplinas como aconselhamento genético e genética clínica no currículo das faculdades de Medicina.

Participantes

Entre os convidados estão a diretora de desenvolvimento da educação em saúde da Secretaria de Educação Superior do Ministério da Educação, Aldira Garrido; a geneticista Débora Gusmão Melo, representante da Sociedade Brasileira de Genética Médica; o coordenador do Observatório de Doenças Raras da Universidade de Brasília (UnB), Natan Monsore de Sá; e a professora Regina Mingroni, da Sociedade Brasileira de Genética.